

RELATÓRIO E CONTAS - 2014

BALANÇO

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO POR NATUREZAS

ANEXO

PARECER DO CONSELHO FISCAL

ACTA DE APROVAÇÃO DE CONTAS

My L

Fundação Joana Vasconcelos

Rubricas	Notas	31-12-2014	31-12-2013
Activo			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	4	752.635,12	
Activos intangíveis	5	651,37	
		753.286,49	0,00
Activo corrente			
Inventários	6	92.839,43	755.483,07
Clientes		1.440,00	4.167,00
Estado e outros entes públicos	7	25.844,23	1.155,26
Caixa e depósitos bancários	8	188.961,63	239.618,50
		309.085,29	1.000.423,83
Total do activo		1.062.371,78	1.000.423,83
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Fundos	9	1.000.000,00	1.000.000,00
Reservas			
Resultados transitados	9	-4.755,66	
Outras variações no capital próprio	9	23.000,00	
Resultado líquido do período	9	2.227,67	-4.755,66
Total do capital próprio		1.020.472,01	995.244,34
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	10	41.579,84	4.439,38
Estado e outros entes públicos	7	319,53	717,50
Outras contas a pagar		0,40	22,61
		41.899,77	5.179,49
Total do passivo		41.899,77	5.179,49
Total do capital próprio e do passivo		1.062.371,78	1.000.423,83

O Conselho de Administração

Joana Vasconcelos - Presidente

Duarte Ramirez - Vogal

Manuel Durão de Carvalho Cordeiro - Vogal

Mary D

Fundação Joana Vasconcelos

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS- 2014



Fundação Joana Vasconcelos NIPC 510 817 319

Demonstração dos resultados por naturezas

	Notas	PERÍODOS		
RENDIMENTOS E GASTOS	Ivotas	31-12-2014	31-12-2013	
Vendas e serviços prestados	11	34.838,85	3.450,00	
Subsídios à exploração	12	500,00		
Variação nos inventários da produção				
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	13	34.129,09	1.166,93	
Fornecimentos e serviços externos	14	13.205,78	4.522,61	
Gastos com o pessoal	15	4.983,90		
Outros rendimentos e ganhos	16	39.619,87		
Outros gastos e perdas	17	18.648,17	2.516,12	
Resultados antes de depreciaç, gastos de financiamento e impost		3.991,78	-4.755,66	
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4 e 5	1.644,39		
Resultado operacional (antes de gastos de financiam e impostos)		2.347,39	-4.755,66	
Resultado antes de impostos		2.347,39	-4.755,66	
Imposto sobre o rendimento do período	18	119,72		
Resultado líquido do período		2.227,67	-4.755,66	

O Conselho de Administração

Joana Vasconcelos - Presidente

Duarte Ramirez - Vogal

Manuel Durão de Carvalho Cordeiro - Vogal

Janu Easwulles Mynte hawing Savely of Consolla Conting

Eduardo Magalhães

TOC 5200

I have a second

Fundação Joana Vasconcelos



Anexo - 2014

- 1 Caracterização da entidade:
- Designação
 Fundação Joana Vasconcelos
- 1.2 Sede Rua Cintura do Porto de Lisboa, Edifício Gonçalves Zarco, Doca de Alcântara Norte – 1350 353 Lisboa
- 1.3 Natureza da actividade A Fundação Joana Vasconcelos, tem como fim principal o desenvolvimento das artes e apoio a artistas. Actividades de apoio á formação, desenvolvimento e sustentabilidade dos artesãos nacionais e sua projecção nacional e internacional.
- 1.4 NIPC 510 817 319
- 1.5 CAE90.030 Criação Artística e Literária
- 1.6 Número médio de empregados durante o ano:1 (Um).
- 2 Referencial contabilístico:
- O referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras é o instituído pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março;
 O referencial contabilístico aplicado para a apresentação das demonstrações financeiras é a NCM normalização contabilística para microentidades, Portaria n.º986/2009, de 7 de Setembro.





- 3 Principais políticas contabilísticas:
- 3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras;

3.1.1 Activos fixos tangíveis

São inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o que compreende (i) o seu preço de compra, (ii) quaisquer custos directamente atribuíveis para colocar o activo na localização e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida e; (iii) sempre que aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. A quantia depreciável de um activo é determinada após dedução do seu valor residual, sempre que este não é considerado imaterial.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimados. Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um activo, é revista a depreciação desse activo de forma prospectiva para reflectir as novas expectativas.

Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos activos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos activos fixos tangíveis são registadas como gasto do período em que incorridos. Os dispêndios com inspecção e conservação dos activos são registados como gasto.

3.1.2 Activos intangíveis

Após o reconhecimento inicial, os activos intangíveis são registados pelo custo menos qualquer depreciação acumulada subsequente e perdas por imparidade acumuladas subsequentes.

2/



As amortizações dos activos intangíveis são calculadas de acordo com o método da linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Os activos intangíveis – Programas de computador - têm vida útil definida, por motivo de a sua utilização ocorrer em diversos exercícios e a experiência acumulada permitir perspectivar três anos para a sua amortização.

3.1.3 Locações

A classificação das locações é feita de acordo com a substância e conteúdo dos contratos em operacional ou financeira. Nas locações financeiras o valor dos bens é registado como activo, sendo a responsabilidade registada como passivo, na rubrica de financiamentos obtidos. Os encargos financeiros e as depreciações do activo são registadas como gastos nas demonstrações de resultados do período a que respeitam.

As locações operacionais são registadas como gastos do período a que respeitam.

3.1.4 Inventários

Os Inventários são valorizados ao menor entre o seu custo e o valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição actual. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso normal da actividade deduzido dos respectivos custos de venda.

3.1.5 Custos de empréstimos obtidos

São registados no passivo pelo valor nominal da operação e os gastos associados são registados de imediato na demonstração dos resultados. Os gastos de financiamento, incorridos no período são registados pelo regime do acréscimo(os gastos e rendimentos são registados no período ao qual



respeitam, independente do seu pagamento ou recebimento). Os empréstimos são classificados no balanço como passivos não correntes.

3.1.6 Activos e passivos financeiros

3.1.6.1 Dívidas de terceiros

Não têm juros implícitos e são apresentadas no balanço pelo seu valor nominal deduzidas de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas nas rubricas "Perdas por imparidade acumuladas", de forma a reflectir a sua quantia recuperável. As perdas por imparidade são registadas quando ocorram acontecimentos que indiquem, de forma objectiva e quantificável, que parte ou mesmo a totalidade do saldo em dívida não será recebido. O desreconhecimento das dívidas de clientes ocorre apenas quando os direitos contratuais aos recebimentos resultantes do activo financeiro se realizam, expiram ou são transferidos para outra entidade.

3.1.6.2 Dívidas a terceiros

As dívidas a terceiros (fornecedores e outros), são registadas ao custo e apresentadas no passivo corrente. O seu desreconhecimento ocorre quando da liquidação, cancelamento ou expiração das obrigações decorrentes de contratos.

3.1.6.3 Caixa e depósitos bancários

Caixa compreende o dinheiro em caixa, em depósitos à ordem e em outros depósitos bancários que não tenham quaisquer restrições de movimentação, sendo reconhecidos no activo corrente.

3.1.6.4 Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo não corrente pelo valor nominal das operações. O desreconhecimento só se verifica quando cessam as obrigações decorrentes dos contratos de financiamento, nomeadamente quando da liquidação, cancelamento ou expiração do empréstimo.

4/



3.1.7 Provisões

A empresa analisa possíveis obrigações legais ou construtivas que resultem de eventos passados, e em consequência dos quais seja provável que ocorra um exfluxo de recursos da entidade tendo em vista a resolução dessa obrigação.

3.1.8 Rédito

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido quando (i) são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, (ii) não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse ou o controlo efectivo dos bens vendidos, (iii) a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada, (iv) seja provável que os benefícios económicos associados com as transacções fluam para a empresa e (v) os custos incorridos ou a incorrerem referentes à transacção possam ser fiavelmente mensurados.

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber. As restantes receitas e despesas são registadas de acordo com o pressuposto do acréscimo pelo que são reconhecidas à medida que são geradas independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de diferimentos ou outras contas a pagar ou a receber. "

Prestação de serviços

O rédito associado com uma transacção que envolva prestação de serviços é reconhecido quando o desfecho dessa transacção possa ser fiavelmente estimado, isto é, quando:

(i) a quantia de rédito seja fiavelmente mensurada; (ii) seja provável que benefícios económicos associados com a transacção fluam para a Empresa;

5/



(iii) a fase de acabamento da transacção à data do balanço seja fiavelmente mensurada; e (iv) os custos incorridos com a transacção e os custos para concluir a transacção sejam fiavelmente mensurados."

3.1.9 Os efeitos de alterações em taxas de câmbio

As transacções em moeda estrangeira encontram-se contabilizadas em euros, sendo convertidas pela aplicação da taxa de câmbio á data da transacção. As diferenças de câmbio favoráveis ou desfavoráveis são registadas na demonstração dos resultados.

3.1.10 Imposto sobre o rendimento

Impostos sobre os lucros em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa normal de 23%, aplicando-se a taxa de 17%, para os primeiros 15.000,00€, de matéria coletável. Sendo a Derrama fixada a uma taxa máxima de 1,5% do lucro tributável e a Derrama estadual de 3% do lucro tributável que exceder os 1 500 000 euros, com evolução de taxas para 5% nos casos de o lucro tributável exceder os 7 500 000 euros e de 7% nos casos de lucro tributável superior a 35 000 000 euros.

Acresce também a tributação autónoma sobre os encargos, e às taxas previstas no artigo 88.º do Código do IRC.

As entidades cujos rendimentos brutos sujeitos a tributação não excedam o montante de 7.500€, beneficiam da isenção prevista no n.º1 do artigo 54 do Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF).



4 Activos fixos tangíveis:

Activos fixos tangíveis	31-12-2014	31-12-2013
Activo Bruto:		
Saldo inicial	0,00	0,00
Aumentos	3.953,88	0,00
Transferências	750.000,00	
Alienação e abates	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Saldo final	753.953,88	0,00
Depreciações		
Saldo inicial	0,00	0,00
Reforço	1.318,76	0,00
Regularizações	0,00	0,00
Saldo final	1.318,76	0,00
Valor liquido	752.635,12	0,00

O valor de 750.000,00€, resulta da transferência da rubrica de Inventários, para Ativos fixos, considerando a sua natureza, como parte dos Fundos Próprios .

5 Activos intangíveis:

Activos intangíveis	31-12-2014	31-12-2013
Activo Bruto:		
Saldo inicial	0,00	0,00
Aumentos	977,00	0,00
Saldo final	977,00	0,00
Depreciações		
Saldo inicial	0,00	0,00
Reforço	325,63	0,00
Saldo final	325,63	0,00
Valor liquído	651,37	0,00



- 6 Inventários
- 6.1 Indicação do sistema de inventário, forma de custeio utilizados e valores referentes a 2014 e 2013;

Sistema de inventário	Forma de custeio
Intermitente	Custo médio

	31	de Dezembro 2	014	31 de Dezembro 2013			
	Mat primas subsidiar consumo	Mercadorias	Total	Mat primas subsidiar consumo	Mercadorias	Total	
Saldo inicial		755.483,07	755.483,07		640.000,00	640.000.00	
Doações		23.000,00	23.000,00		110.000,00	110.000,00	
Compras		98.485,45	98.485,45		6.650,00	6.650,00	
Transferências		-750.000,00					
Custo das vendas	Annual III	34.129,09	34.129,09		1.166,93	1.166,93	
Saldo final	0,00	92.839,43	842.839,43	0,00	755.483,07	755.483.07	

7 Estado e outros entes públicos

Valores ativos

valores attivos		14
Estado e outros Entes Públicos	31-12-2014	31-12-2013
Impost sobre o rendim das pessoas colectivas Imposto sobre o valor acrescentado	25.844,23	1.155,26
	0,00	0,00
	25.844,23	1.155,26

Valores passivos

74101 CS P43517 CS		
Estado e outros Entes Públicos	31-12-2014	31-12-2013
Impost sobre o rendim das pessoas colectivas	119,72	
Impost sobre o rendim das pessoas singulares Contribuições para a segurança social	199,81	717,50
	319,53	717,50



8 Caixa e depósitos bancários

Caixa e depósitos bancários	31-12-2014	31-12-2013
Depósitos à ordem Outros depósitos bancários	188.094,53	239.618,50
Numerário	867,10	
	188.961,63	239.618,50

9 Fundos

Movimentações ocorridas durante o exercício em cada uma das contas de Fundos próprios.

Fundos prtrimoniais	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Fundos Resultados transitados Doações Resultado líquido	1.000.000,00 -4.755,66 995.244,34	23.000,00 2.227,67 25.227,67	0,00	1.000.000,00 -4.755,66 23.000,00 2.227,67 1.020.472,01

10 Fornecedores

Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido
41.579,84		41.579,84	4.439,38		4.439,38
		0,00			0,00
41.579,84	0,00	41.579,84	4.439,38	0,00	4.439,38
			0,00	0,00	0,00



11 Rédito

	31 de [31 de Dezembro de 2013				31 de Dezembro de 2013		
Réditos	Merc. Interno	Merc. Externo	Total	Merc. Interno	Merc. Externo	Total		
Vendas de mercadorias	6.419,09	7.827,70	14.246,79	3.450,00		3.450,00		
Prestação de serviços		20.592,06	20.592,06			0,00		
	6.419,09	28.419,76	34.838,85	3.450,00	0,00	3.450,00		

12 Subsídios à exploração

Subsídios à exploração	31-12-2014	31-12-2013
Estado e outros entes públicos		
Outras entidades	500,00	
	500,00	0,00

13 Custo das mercadorias vendidas

	31-12-2014		31-12-2013			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	Mercadorias	Mat. Primas, subsid. consumo	Total	Mercadorias	Mat. Primas, subsid. consumo	Total
Saldo inicial	755.483,07		755.483,07	0,00		0,00
Compras	71.376,00	27.109,45	98.485,45	6.650,00		6.650,00
Regularizações			0,00			0,00
Transferências património/doações	23.000,00		23.000,00	750.000,00		750.000,00
Saldo final	842.839,43		842.839,43	755.483,07		755.483,07
Custo mercad vendidas e matér consumidas	7.019,64	27.109,45	34.129,09	1.166,93	0,00	1.166,93



14 Fornecimentos e serviços externos

Fornecimentos e serviços externos	31-12-2014	31-12-2013
Fornecimentos e serviços externos	13.205,78	4.522,61
Serviços especializados	4.518,08	4.500,00
Trabalhos especializados	2.415,08	500,00
Publicidade e propaganda	360,00	0,00
Honorários	1.743,00	4.000,00
Materiais	245,78	0,00
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	79,93	0,00
Livros e documentação técnica	9,34	0,00
Material de escritório	48,39	0,00
Outros	108,12	0,00
Deslocações, estadas e transportes	390,00	0,00
Deslocações e estadas	390,00	0,00
Serviços diversos	8.051,92	22,61
Comunicação	3.003,79	2,61
Contencioso e notariado	0,00	20,00
Outros serviços	5.048,13	0,00
Section Committee Co	13.205,78	4.522,61

15 Gastos com o pessoal

Gastos com o pessoal	31-12-2014	31-12-2013	
Remunerações dos orgãos sociais			
Remunerações do pessoal	3.882,21		
Benefícios de cessação de emprego			
Encargos sobre remunerações	865,74		
Seguros	55,38		
Gastos de acção social	0,00		
Outros	180,57		
	4.983,90	0,00	

Número médio de funcionários	1	



16 Outros rendimentos e ganhos

Outros rendimentos e ganhos	31-12-2014	31-12-2013
Outros rendim suplementares Outros	38.250,00 1.369,87	
Total	39.619,87	0,00

O valor de outros rendimentos suplementares, resulta da cedência de serigrafias de Joana Vasconcelos, para a Adamson Editions - Washington, não fazendo parte da actividade corrente.

17 Outros gastos e perdas

Outros gastos e perdas	31-12-2014	31-12-2013
Impostos	1.026,14	0,62
Dívidas incobráveis		
Perdas em inventários		
Correcções relativas a períodos anteriores		
Ofertas e amostras de inventários		
Donativos	13.109,42	2.500,00
Outros	4.512,61	15,50
Total	18.648,17	2.516,12



18 Imposto sobre o rendimento

Impostos sobre o rendimento		
	31-12-2014	31-12-2013
IRC liquidado	119,72	
Derrama Tributação autónoma	0	
Total	119,72	0,00

19 Divulgações exigidas por outros diplomas legais:

A Fundação Joana Vasconcelos não é devedora à Segurança Social nem à Autoridade Tributária.

20 Outras informações:

Não são conhecidos eventos subsequentes para divulgação.

Lisboa, 31 de Dezembro de 2014

O Conselho de Administração

Joana Vasconcelos - Presidente

Duarte Ramirez - Vogal

Manuel Durão de Carvalho Cordeiro - Vogal

Eduardo Magalhães

TOC 5200

May &

Fundação Joana Vasconcelos

PARECER DO CONSELHO FISCAL - 2014

FUNDAÇÃO JOANA VASCONCELOS PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nos termos dos Estatutos e da legislação aplicável e no âmbito da acção fiscalizadora que a lei impõe, vem o Conselho Fiscal submeter à apreciação do Conselho de Administração o presente relatório e parecer sobre as demonstrações financeiras do exercício e seus anexos, relativos ao ano findo em 31 de Dezembro de 2014.

O Conselho Fiscal procedeu à análise da informação financeira produzida no exercício de 2014 através de balancetes e demais informação contabilística e fiscal que entendeu por necessária.

Foi efectuada recolha de informação adicional, com o objectivo de efectuar uma análise dos relatórios de actividade da Fundação, quer no concerne à actividade efectuada durante o exercício de 2014, quer relativamente às perspectivas futuras.

Foi solicitada a emissão de certidões de inexistência de dívidas à Autoridade Tributária e de inexistência de contribuições em dívida para a segurança social, que se anexam.

Após o trabalho realizado, salientamos o seguinte:

- A contabilidade parece estar organizada de acordo com os princípios em vigor;
- Não foi detectada qualquer irregularidade nas demonstrações financeiras do período em análise;
- Não tivemos conhecimento de qualquer facto relevante ocorrido após o encerramento das contas, que provoque qualquer alteração materialmente relevante nas mesmas;
- Foram prestadas todas a informações e esclarecimentos que solicitamos;

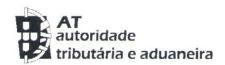
Em face da análise efectuada o Conselho Fiscal é de parecer que sejam aprovados o Balanço, a Demonstração de Resultados e o Anexo, relativos ao exercício de 2014.

Lisboa, 31 de Março de 2015.

O Presidente do Conselho Fiscal

O Vogal do Conselho Fiscal

O Vogal do Conselho Fiscal



CERTIDÃO

Maria Ludovina Silva Primo Figueiredo, Chefe do Serviço de Finanças de LISBOA-7.

CERTIFICA, face aos elementos disponíveis no sistema informático de gestão e controlo de processos de execução fiscal, que FUNDAÇÃO JOANA VASCONCELOS, NIF 510817319, tem a sua situação tributária regularizada, uma vez que não é devedor perante a Fazenda Pública de quaisquer impostos, prestações tributárias ou acréscimos legais.

A presente certidão é válida por três meses, nos termos do disposto no nº 4 do artigo 24º do Código de Procedimento e de Processo Tributário.

Por ser verdade e por ter sido solicitada, emite-se a presente certidão em 9 de Julho de 2015.

O Chefe de Finanças

Lanic lexcon Status of second

(Maria Ludovina Silva Primo Figueiredo)



Nome da entidade contribuinte FUNDAÇÃO JOANA VASCONCELOS Firma/denominação FUNDAÇÃO JOANA VASCONCELOS

Número de Identificação de Segurança Social 25108173197

Número de Identificação Fiscal 510817319

Número de Declaração 11364800

Data de emissão 09-07-2015

Declara-se que a entidade contribuinte acima identificada **tem a sua situação contributiva regularizada** perante a Segurança Social.

A presente declaração não constitui instrumento de quitação de dívida de contribuições e ou de juros de mora, nem prejudica ulteriores apuramentos e é válida pelo prazo de **quatro meses**, a partir da data de emissão.

Assinatura válida

Digitally signed by INSTITUTO DINFORMATICA, I.P. Date: 2015.07.09 10:39:01 +0.00

DECLARAÇÃO EMITIDA AUTOMATICAMENTE PELO SERVIÇO SEGURANÇA SOCIAL DIRECTA

Man of the state o

Fundação Joana Vasconcelos



FUNDAÇÃO JOANA VASCONCELOS

LISBOA

Edificio Gonçalives Zanco Rua da Cintura do Porto de Ilstoa Tona da Albántara Norte 1350-352 Lisboa PORTUGAL NIPC 510 817 319

Livro de Atas do Conselho de Administração

Folha | 4

Acta 3

Aos trinta e um dias do mês de Março de dois mil e quinze reuniu-se no edifício Gonçalves Zarco, Rua da Cintura do Porto de Lisboa, Doca de Alcântara Norte, em Lisboa, o Conselho de Administração da Fundação Joana Vasconcelos, estando presentes todos os administradores, Joana Batista Vasconcelos, Duarte Sanches Ramirez de Carvalho Cordeiro e Manuel Durão de Carvalho Cordeiro, a fim de deliberarem sobre a aprovação das demonstrações financeiras da Fundação referentes ao exercício de 2014.

Entrando no ponto único da ordem de trabalhos o conselho de administração, após análise do parecer do conselho fiscal, deliberou por unanimidade aprovar as demostrações financeiras da Fundação e seus anexos, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, que apuraram um resultado líquido do período, positivo, de dois mil duzentos e vinte e sete euros e sessenta e sete cêntimos, que deliberaram transferir para reservas.

Nada mais havendo a deliberar foi escrita a presente ata, lida e assinada por todos os presentes.

lund Raming Sandag of Carrollo Lora